



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)
Autor	MARINA DEON
Orientador	MARILIA PATTA RAMOS

PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE).

Autora: Marina Deon

Orientadora: Marília Patta Ramos

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Direito

A presente pesquisa advém de uma carta-acordo firmada entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a UFRGS, com a interveniência da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), para a Execução de Atividades do Projeto de Execução Nacional BRA/10/007 - Boas Práticas na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para a Infância e Adolescência. Ainda, este trabalho se encontra registrado sob o número 33756 na PROPESQ.

A presente pesquisa caracteriza-se por ser de escopo nacional e buscar responder às seguintes questões: a) qual a situação do SINASE(Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) nos estados e no DF em relação às normas e leis pertinentes?; b) quais as semelhanças e diferenças na implementação do SINASE nos estados brasileiros?; c) quais fatores exercem influência positiva no sistema?; d) como é o relacionamento entre os representantes do SGD nos estados no âmbito do SINASE?; e) a dinâmica relacional dos representantes do SGD influencia o desempenho do SINASE nos estados brasileiros? Pra que tais perguntas sejam respondidas, propõe-se a execução da pesquisa em duas etapas: a etapa de avaliação diagnóstica e a etapa de avaliação de implementação (etapa pesquisa de campo). O objeto do presente trabalho é a primeira etapa, ou seja, a avaliação diagnóstica.

A primeira etapa da pesquisa, de caráter descritivo e exploratório, busca uma avaliação de quatro dimensões (gestão, unidades, programas e resultados) do SINASE nos estados brasileiros, por meio de análise de documentos, base de dados, e aplicação de questionário eletrônico. A aplicação do questionário de pesquisa, que será enviado para todos os 27 gestores estaduais; ou seja, todos os diretores das 477 unidades de privação de liberdade e representantes do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente de cada estado e do Distrito Federal, não será objeto do presente trabalho, na medida em que a ainda não foi possível desempenhar tal fase, em virtude de certos empecilhos encontrados quanto à reavaliação da carta-acordo levando em contra a troca de governo.

Sendo assim, a elaboração de indicadores de avaliação do SINASE é o destaque da presente pesquisa. É através desses indicadores que se irá (i) verificar em que medida os direitos das crianças e dos adolescentes estão sendo assegurados dentro do SINASE, em cada estado brasileiro; (ii) verificar o cumprimento dos 15 indicadores propostos pela ONU (que estabelecem distintas dimensões e vários direitos que precisam ser garantidos durante a execução das medidas socioeducativas); (iii) Identificar os fatores que contribuem para melhorar a implementação do sistema; (iv) organizar e disponibilizar informações sobre o atendimento socioeducativo nos estados brasileiros; (v) descrever a dinâmica relacional entre representantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e seu efeito sobre o SINASE em cada estado.

Acredita-se que, através dos indicadores e da consequente avaliação do SINASE, o presente estudo possa contribuir para a melhora da qualidade da gestão e do atendimento socioeducativo, na medida em que produzirá informações acerca da implementação do SINASE, bem como sobre sua conformidade com a previsão legal. É importante ressaltar, no entanto, que o contexto em que vivem os adolescentes que eventualmente cometem atos infracionais no Brasil é um problema social, cujos processos geradores são múltiplos. A redução de tais problemas requer intervenção por meio de políticas públicas dirigidas para tal população em âmbito mais amplo do que o SINASE.